



CONGRESSO INTERNACIONAL

ESPELHOS DE MERCÚRIO

A representação do comércio nas Monarquias Ibéricas (1500-1800)

ONLINE (YOUTUBE - CHAM)

7 NOV 2020

LIVRO DE RESUMOS

BOOK OF ABSTRACTS

O Leilão, que se faz cada dia pela manhã na Rua direita na Cidade de Goa Feito Pelo natural, por Ioan de Linschoten flamengo.



Espelhos de Mercúrio: A Representação do Comércio nas Monarquias Ibéricas, 1500-1800

Mercury's Mirrors: The Representation of Trade in the Iberian Monarchies, 1500-1800

Este congresso internacional reúne um grupo de especialistas interessados em estudar o comércio através da sua representação.

Embora a valorização social do comércio tenha vindo a mudar ao longo do tempo, a sua imagem tem sido, na generalidade, profundamente negativa em quase todas as sociedades tradicionais. No mundo ocidental, o Cristianismo estigmatizou moralmente o ofício do comércio e a sua identificação com determinadas minorias sociais favoreceu a exclusão e a auto-marginalização. A partir do descobrimento do Novo Mundo, o comércio ganhou progressivamente uma dimensão relevante nas relações inter-estatais e, por conseguinte, o estatuto da atividade comercial alterou-se. Com o tempo, o comerciante melhorou a sua imagem social até chegar a ser modelo ou exemplo de conduta.

Esta transformação torna o período entre os séculos XVI e XVIII particularmente relevante para o estudo da complexa dinâmica de transformações nas percepções culturais sobre o comércio. Espanha e Portugal figuram, neste período, como potências em que a luta pela hegemonia comercial ocupou, desde o início, um lugar de destaque. As monarquias ibéricas tiveram de acomodar comunidades de comerciantes de diversas origens e conferir-lhes reconhecimento jurídico e institucional, assim como relacionar-se com aqueles que eram de outras culturas. Em ambas monarquias proliferaram discursos acerca da condição social, cultural e política do comerciante. Em simultâneo, a atividade destes agentes contribuiu para conhecer, identificar e divulgar uma ampla diversidade de matérias-primas convertidas em mercadorias para o primeiro comércio de alcance global. Finalmente, as monarquias ibéricas partilharam uma experiência de decadência imperial que, na altura, foi interpretada, em grande medida, em termos de declínio comercial, e para cuja superação, já no século XVIII, Portugal e Espanha tiveram de incorporar novas formas de pensar e promover o comércio e os comerciantes.

This congress gathers specialists interested in studying trade through its representation.

Although the social valuation of trade has changed over time, its image has been generally profoundly negative in almost all traditional societies. In the Western world, Christianity morally stigmatized the profession of commerce, and the identification of commerce with certain social minorities favored its exclusion and self-marginalization. Since the discovery of the New World, however, commerce progressively became a relevant magnitude in interstate relations, and with it the commercial activity was changing its status; at the same time, the merchant improved his social image until he became even a model or example of behavior.

This transformation makes the period between the sixteenth and eighteenth centuries particularly relevant to study the complex dynamics of transformations in cultural perceptions about trade. On the other hand, Spain and Portugal appear in that period as powers in whose struggle for hegemony commerce occupied a prominent place from the beginning. The Iberian monarchies had to accommodate communities of merchants of very diverse origins and give them legal and institutional recognition, as well as relate to those of other cultures. In both monarchies, speeches also proliferated about the social, cultural and political status of the merchant, while the activity of the merchants helped to name and disseminate a whole series of raw materials converted into merchandise for the first global trade. Finally, both share an experience of imperial decline that was once largely interpreted in terms of trade decline, and for whose overcoming already in the eighteenth century, Portugal and Spain had to incorporate new ways of thinking and promote trade and merchants.

Programa | Program

7 de Novembro | November 7

Transmissão online no canal Youtube do CHAM
Online broadcasting via CHAM's Youtube channel

9.30-9.45: *Sessão de abertura | Opening session*

9.45-10.30: *Conferência da abertura | Opening lecture*

AMÉLIA POLÓNIA (CITCEM-FLUP): Entre a auto-organização e a regulação. Do comércio local ao global no império português na Época Moderna: agentes e práticas

10.45- 12.05: *Mesa I: Representação social e identidade dos comerciantes | Session I: Social representations and traders' identity*

JOÃO FIGUEIROA REGO (CHAM, NOVA FCSH): De Mercurio a Zelo sin olvidar Moisés. Representación social, identitaria y política de los hombres del tabaco (siglos XVII/XVIII)

PABLO SANCHEZ LEÓN (CHAM, NOVA FCSH): “No es buen vasallo el que no es comerciante”: los comienzos del cambio en la representación social del comercio en España (1715-1760)

JOÃO CARVALHO (Centro de História, FLUL): A comunidade mercantil espanhola em Lisboa na primeira metade do século XVIII. Relações com as autoridades diplomáticas e consulares e a sua posição na sociedade

JOSÉ CARLOS VILARDAGA (UNIFESP): Proibidos e súditos: comerciantes, tratantes e peruleiros portugueses no caminho proibido de São Paulo ao Paraguai (séculos XVI e XVII)

12.05-12.30: *Discussão | Debate*

14.30-15.10: *Mesa II: Representação política e institucional | Session II: Political and institutional representation*

JÜRGEN POHLE (CHAM, NOVA FCSH): Nobilitações e privilégios: a Coroa portuguesa e os mercadores alemães na viragem do século XV para o século XVI

CÂNDIDO DOMINGUES (CHAM, NOVA FCSH; PPGH/UFBA): A Mesa do Bem Comum dos Comerciantes da Bahia (1723-1757): uma rivalidade entre colônia e metrópole?

15.10-15.30: *Discussão | Debate*

15.45-16.45: *Mesa III: Representação estética e simbólica | Session III: Aesthetic and symbolic representation*

RAFAEL JAPÓN (Universidad de Granada, Università di Bologna): Devoción, Arte y Poder: Los espacios religiosos de los comerciantes genoveses en Andalucía (siglos XVI-XVIII)

STEFAN HALIKOWSKI SMITH (Swansea University): A paean to free trade? The allegory of Brabo in the (re)construction of the Antwerp Stadhuis, 1540-1565

NUNO VILA-SANTA (CIUHCT, FCUL): O Itinerário de Linschoten: um retrato comercial holandês de um Estado da Índia declinante?

16.45-17.05: *Discussão | Debate*

17.05-17.30: *Sessão de encerramento | Closing session*

Resumos | Abstracts

Entre a auto-organização e a regulação. Do comércio local ao global no império português na Época Moderna: agentes e práticas

Amélia Polónia (CITCEM-Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

O mundo dos negócios, na Época Moderna, também considerada como "A Primeira Idade Global" (1400-1800), é desafiado por questões de circulação de mercadorias, direitos de propriedade e direitos fiscais. O surgimento de impérios ultramarinos trouxe consigo o desenvolvimento de trocas comerciais a uma escala mundial. Isso desde logo coloca a questão de como pode o comércio ser regulado ao lidar com parceiros distanciados entre si por milhares de quilómetros (e, portanto, meses de comunicação), frequentemente condicionados por relações de poder assimétricas ou dialogando com base em diferentes códigos de negócio.

Regulação, informação e agência foram fatores cruciais para o mundo dos negócios da Primeira Era Global. Essa configuração desafiou as regras europeias estabelecidas e vigentes. A prioridade do Estado (Coroa) e dos agentes individuais era a de garantir, com sucesso, a circulação de mercadorias, em larga escala. Regulamentação dos poderes centrais e coloniais, existia, ainda que insuficiente e pouco clara para de facto controlar a circulação de mercadorias, reivindicar direitos fiscais e evitar o contrabando. Neste contexto, a agência individual era crucial. Simultaneamente, a proximidade entre comerciantes de mundos culturais, políticos, linguísticos e económicos tão diversos é um dado a ser considerado neste novo mundo de negócios, onde os parceiros não eram já e apenas os homólogos europeus nem a geografia do comércio se limitava a um mundo dominado, exclusivamente pelos europeus.

Esta contribuição submete algumas considerações sobre o *modus operandi* de um comércio estabelecido com base nessa relação entre inovação, criatividade e regulamentação, que implica a evolução do próprio conceito de mercado.

Amélia Polónia é professora catedrática do Departamento de História, Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e coordenadora científica do Centro de Investigação CITCEM (Centro Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória). Os seus interesses de investigação incluem o estudo de redes sociais e económicas, comunidades marítimas e dinâmicas de redes informais e auto-organizadas na Época Moderna. História portuária, implicações ambientais da colonização europeia, migrações, transferências de conhecimento, processos de globalização, mecanismos informais na construção de impérios ultramarinos, o papel das mulheres em processos de colonização são temas-chave das suas recentes linhas de investigação. Entre as suas últimas publicações contam-se Seaports in the First Global Age. Portuguese agents, networks and interactions, 1500-1800 (Porto: U.Porto Edições, 2016); Beyond Empires: Global, self-organizing, cross-Imperial networks, 1500-1800 (Leiden: Brill, 2016); Mechanisms of Global Empire Building (1500-1800) (Porto: CITCEM/Afrontamento, 2017), todas em colaboração com Cátia Antunes; Connecting worlds: Production and circulation of knowledge in the First Global Age (Newcastle Upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2018), em colaboração com Fabiano Bracht e Gisele da Conceição; "Brokers and go-betweens within the Portuguese State of India (1500-1700)". In Indian Ocean Histories: the many worlds of Michael Naylor Pearson (New Delhi: Routledge India, 2019, 97-123).

De Mercurio a Zelo sin olvidar Moisés. Representación social, identitaria y política de los hombres del tabaco (siglos XVII/XVIII)

João Figueiroa Rego (CHAM - Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

A comunicação pretende abordar o universo dos contratadores e mercadores de tabaco (estaqueiros), nos séculos XVII e XVIII, as suas origens sociais e geográficas, parentelas e confissão religiosa, esta última particularmente relevante para a centúria seiscentista, dada a presença significativa de cristãos-novos no comércio fumageiro, os *cursi honorum* e a busca por uma afirmação identitária e social (quer através da obtenção de familiaturas do Santo Ofício, como de insígnias de hábitos de ordens militares), o relacionamento com o centro político (sobretudo, com as instituições oficiais e magistraturas), a busca pela obtenção e conservação de regimes de privilégio, o relacionamento social e mercantil, as redes estabelecidas, especialmente no plano Ibérico e territórios ultramarinos dos impérios, os nexos de contaminação, as resistências e a conflitualidade face a outros grupos sociais, também eles intervenientes nas dinâmicas do negócio tabaqueiro (de forma legal e ilegal), bem como nos ordenamentos jurídico e militar, também estes presentes no contexto dos *Espelhos de Mercúrio*.

João Figueiroa Rego é investigador doutorado e docente na NOVA FCSH, subdirector do CHAM, coordenador editorial dos ANAIS de História de Além-Mar, membro efectivo de várias comissões científicas e directivas, nacionais e internacionais, como a Comissão Portuguesa de História Militar, a Sociedade de Geografia de Lisboa, H-Net: Humanities and Social Sciences Online, o Instituto Português de Heráldica, o Laboratorio de Estudios Judeoconvertos de la Universidad de Córdoba (LEJ-UCO). Tem integrado vários projectos de investigação nacionais e internacionais e publicado nesse âmbito. Veja-se <https://fcsch-pt.academia.edu/JoaoFigueiroaRego>

“No es buen vasallo el que no es comerciante”: los comienzos del cambio en la representación social del comercio en España (1715-1760)

Pablo Sanchez León (CHAM - Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

Esta propuesta se centra en analizar los cambios en la visión del comercio y la imagen social del comerciante en la cultura de la Ilustración temprana en España, tras la llegada de la dinastía de los Borbones. Haciendo un recorrido por obras escritas en los reinados de Felipe V (1700-1749) y sobre todo de Fernando VI (1749-1759), estudia primero el impacto de la irrupción en la esfera pública del lenguaje de la economía política sobre el discurso “arbitrista” heredado del siglo anterior. A continuación, se centra en varias figuras de altos funcionarios de la monarquía y autores de tratados sobre gobierno (Juan de Goyeneche, Melchor de Macanaz y José Patiño entre otros) que destilan una nueva antropología de los súbditos que a su vez comporta una profunda transformación en el estatus de los comerciantes. El enfoque permite extraer conclusiones generales acerca de la dignificación y el empoderamiento de los mercaderes, así como el cambio del significado del comercio en la cultura occidental a lo largo del siglo XVIII.

Pablo Sánchez León es investigador en el Centro de Humanidades CHAM desde el año 2019. Formado como historiador de los movimientos sociales y la sociología histórica, trabaja en el ámbito de la historia de los conceptos y la historia del pensamiento político y económico en relación con la construcción de la ciudadanía y las identidades sociales en el paso del Antiguo Régimen a la modernidad. Ha sido investigador visitante en UCLA, profesor visitante en Sabanci University e investigador en la Universidad del País Vasco. Sobre la Ilustración española y el comercio ha publicado entre otros: “Science, Customs, and the Modern Subject: From Emulation to Education in the Semantics of Spanish Enlightenment”, Contributions to the History of Concepts 13/1 (2017): 98-120; “Ordenar la civilización. Semántica del concepto de policía en la Ilustración española”, Política y Sociedad 42/3 (2005): 139-156; y “El arreglo de los consulados de comercio y la democracia-en-corporación del primer constitucionalismo”, para Carlos Garriga y Jesús Vallejo (eds.), Tradición y Constitución, vol. 1, Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales (en prensa).

A comunidade mercantil espanhola em Lisboa na primeira metade do século XVIII. Relações com as autoridades diplomáticas e consulares e a sua posição na sociedade

João Carvalho (Centro de História - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

O comércio entre Espanha e Portugal na primeira metade do século XVIII estava altamente condicionado pela situação política e diplomática. Nos diversos contextos políticos específicos deste período, os agentes consulares desempenharam um papel fundamental nas relações dos comerciantes com as autoridades, preocupando-se em garantir uma equidade entre os seus direitos e obrigações. Apesar disto, pouco se tem falado da actividade destes comerciantes nos portos portugueses, muito provavelmente ensombrecidos por aqueles de origem inglesa, francesa ou holandesa.

Alem de defender os interesses da Corte, o diplomata era o encarregado de defender os interesses da comunidade espanhola, salvaguardando os seus privilégios e impedindo o abuso dos direitos. Os cônsules espanhóis nomeados para a capital política e comercial de Portugal trataram de apoiar a comunidade de comerciantes espanhóis em Lisboa e, através do seu embaixador, informar a Corte das diversas matérias correntes. Teriam também de garantir que os mencionados princípios estariam a ser cumpridos na prática, pelo que, nalgumas ocasiões, poderia entrar em conflito com os oficiais reais quando entendessem que o comerciante tivesse sido objecto de arbitrariedade.

O principal objectivo desta apresentação é analisar alguns dos aspectos que permitiram aos comerciantes contribuir para o desenvolvimento do processo identitário da comunidade mercantil em Lisboa, que factores impulsaram a sua capacidade de representação, que assistência recebiam da sua embaixada e consulado e qual o seu peso relativo na sociedade lisiponense. Por último, tentarei explorar as pressões exercidas em Lisboa para limitar a influência dos comerciantes estrangeiros no comércio colonial.

João Carvalho é doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientado pelo Prof. José Damião Rodrigues. Em 2015, obteve o Grau em História e recebeu, no ano seguinte, o título de Mestre em História de la Monarquía Hispánica, ambos na Facultad de Geografía e Historia da Universidad Complutense de Madrid. Sob a supervisão do Prof. Manuel Herrero Sánchez, tem realizado várias estadias de investigação na Universidad Pablo de Olavide, em Sevilha. As suas principais áreas de interesse centram-se nas Relações Internacionais e Comerciais entre os dois reinos ibéricos, durante a primeira metade do século XVIII.

Proibidos e súditos: comerciantes, tratantes e peruleiros portugueses no caminho proibido de São Paulo ao Paraguai (séculos XVI e XVII)

José Carlos Vilardaga (Universidade Federal de São Paulo, Brasil)

Esta apresentação pretende discutir as formas pelas quais os mercadores e tratantes de origem portuguesa, que circulavam pelo caminho entre São Paulo e Paraguai, foram vistos e tratados pelas autoridades e colonos das áreas espanholas. Na rota que conectava São Vicente, passando por São Paulo de Piratininga, até Assunção, na Província do Paraguai, percorriam-se cerca de 1400 quilómetros através de trajetos terrestres e fluviais, muitos deles de origem e formas de transporte indígenas, como as canoas de casca. Até o final da União Ibérica (1580-1640), as jurisdições imperiais sobre este território ficaram embaralhadas, propiciando, apesar das formais proibições, o trânsito efetivo de pessoas e mercadorias. Dali, muitos avançavam rumo a Potosí e ao sonho da prata peruana. Neste trajeto, organizaram-se tratos com mercadorias que envolviam desde comerciantes, até sujeitos que praticavam trocas para garantir a sobrevivência ao longo das perigosas rotas interiores. Os tecidos, hegemônicos, circulavam juntamente com tesouras, pentes, guizos, chapéus, e erva mate, que compunham um rol de produtos que serviam a um consumo modesto, mas também como moeda, dote e formadores de redes de reciprocidades. Em comum, eram homens vindos de diversas regiões de Portugal, e circulavam, quase sempre, como

proibidos numa rede repleta de cumplicidades, apesar das reiteradas medidas restritivas e perseguições das autoridades coloniais espanholas. Muitas destas eram sustentadas em acusações de uma suposta conspiração judaico-flamenga, da qual estes mercadores fariam parte. Quando apanhados, em sua defesa, apelavam quase sempre para sua condição de “súditos” de Espanha, e acionavam as redes de proteção que lhes garantiam fianças, anistias e meios de fuga.

José Carlos Vilardaga é professor de História da América na Universidade Federal de São Paulo. É um dos coordenadores do Laboratório de Pesquisa em Histórias das Américas (LAPHA) da UNIFESP e membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre os Impérios Ibéricos na Época Moderna (séculos XV-XVII), o FINISTERRA_lab (USP). Faz parte do pólo brasileiro da Red Columnaria, integra a rede internacional GEOPAM e o Ñande - Rede de Pesquisadoras e Pesquisadores sobre o Paraguay. Autor de: Lastros de viagem: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498-1554) (Annablume, 2010) e São Paulo no império dos Felipes: conexões na América Meridional (1580-1640) (Intermeios, 2014).

Nobilitações e privilégios: a Coroa portuguesa e os mercadores alemães na viragem do século XV para o século XVI

Jürgen Pohle (CHAM - Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

Nesta comunicação pretendo abordar as relações entre os mercadores alemães estabelecidos em Lisboa e a Coroa portuguesa por volta de 1500. Estarão em foco dois aspectos particulares:

- 1) a nobilitação de mercadores alemães por D. João II e D. Manuel I;
- 2) a concessão do denominado «Privilégio dos Alemães» (1503-1511) pela Coroa portuguesa.

Entre 1485 e 1503, quatro alemães foram armados cavaleiros pela mão do rei de Portugal, mais precisamente Martin Behaim, Hans Stromer, Anton Herwart e Wolfgang Holzschuher. É de notar que todas estas personagens eram mercadores e, simultaneamente, ligados às grandes casas comerciais de Augsburg e de Nuremberga que viriam a investir no comércio ultramarino português. Estas empresas alemãs tinham nas primeiras duas décadas de Quinhentos uma relevância especial para a Coroa portuguesa porque detinham, na Europa, um papel dominante como fornecedores de prata e de cobre, dois metais imprescindíveis para efectuar as trocas comerciais no Espaço Índico. D. Manuel I mostrou-se muito favorável aos mercadores alemães, atribuindo-lhes privilégios extremamente vantajosos. O «Privilégio dos Alemães», que contemplava os privilégios que lhes foram concedidos pelo *Venturoso*, entre 1503 e 1511, evidencia o estatuto excepcional que as companhias alemãs possuíam em terras portuguesas. Estas tornaram-se, temporariamente, a par dos mercadores-banqueiros italianos, os parceiros comerciais mais relevantes da monarquia portuguesa. Superando os direitos e liberdades outorgados a comerciantes de outras nações estabelecidas em Portugal, o «Privilégio dos Alemães» foi o conjunto de privilégios mais cobiçado por mercadores estrangeiros no século XVI.

Jürgen Pohle é doutorado em História pela Universidade de Colónia (Alemanha) em 2000. Exerceu funções de docente na Universidade Autónoma de Lisboa (2000-06) e na Universidade Atlântica/Oeiras (2000-14). É, desde 2009, investigador integrado do Centro de Humanidades (CHAM – FCSH, Universidade NOVA de Lisboa). Actualmente desempenha funções de investigador doutorado contratado, ao abrigo da Norma Transitória (Lei n.º 57/2017), na FCSH da Universidade NOVA de Lisboa. Nesta qualidade desenvolve um projecto intitulado «Ultrapassar fronteiras – alargar horizontes. Linhas de força do comércio luso-alemão no alvorecer da Modernidade». Autor de vários livros e artigos, sobretudo referentes à história das relações luso-alemãs na Idade Moderna.

A Mesa do Bem Comum dos Comerciantes da Bahia (1723-1757): uma rivalidade entre colônia e metrópole?

Cândido Domingues (CHAM - Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa; Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Desde a obra clássica de Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia*, que a provisão de 14 de Junho de 1726, do vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes, Conde de Sabugosa, concedendo a liberdade para o funcionamento da Mesa do Bem Comum dos Comerciantes da Bahia tem sido um dos pilares para defender a rivalidade entre os homens de negócio de Salvador da Bahia e os de Lisboa. A partir da leitura dessa obra fundamental para se entender o tráfico negreiro da praça baiana formou-se uma geração de historiadores que, muito inspirada em uma historiografia que discute as tensões entre colônia e metrópole, utilizou-se da criação da Mesa do Bem Comum como uma materialização de rivalidades mercantis daquelas praças. A leitura das fontes que sustentaram essa discussão, e de outros documentos arquivísticos, amparada na historiografia do comércio moderno europeu, objetiva-se analisar as relações mercantis entre Lisboa e Salvador como necessárias para o crescimento das praças e da própria Fazenda Real. Os homens de negócio de Salvador, membros da mesa também eram os grandes traficantes de escravos, porém, eram também os grandes negociantes de açúcar e couros, necessitando, pois, de bons representantes no reino para que seus produtos fossem comercializados e que produtos europeus lhes fossem remetidos. Alguns deles de importância ao próprio tráfico negreiro. O desenvolvimento de tais temas poderá levar a um novo capítulo de entendimento da Mesa do Bem Comum como um espaço de representação política e institucional do corpo mercantil diante de instituições administrativas na Bahia e na corte. Para defender o grupo do comércio da Bahia em Lisboa, instituíram a Mesa da capital como sua procuradora. Em Salvador, reunidos em assembleia os homens de negócios discutiam os principais temas ligados ao comércio da praça, os preços de fretes e mercadorias, bem como o funcionamento da frota, posicionando-se diante dos governadores e da Câmara em defesa do comércio.

Cândido Domingues é licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde fez o mestrado em História Social. Professor destacado da UNEB (campus IV) de História do Brasil. Membro do Projeto Resistence como pesquisador do CHAM. É coautor do livro Africanos na Cidade da Bahia (2016). Atualmente desenvolve investigação sobre o comércio de escravos na praça mercantil da Bahia no século XVIII.

Devoción, Arte y Poder: Los espacios religiosos de los comerciantes genoveses en Andalucía (siglos XVI-XVIII)

Rafael Japón (Universidad de Granada, Università di Bologna)

La presencia de la nación genovesa en Andalucía se remonta a la época almohade, aunque sería a partir de la reconquista del territorio con Fernando III cuando esta comenzara a aumentar exponencialmente, llegando asimismo un número elevado de ciudadanos de la Liguria para auxiliar en la real empresa. Gracias a este hecho, pronto obtuvieron significativos privilegios y, en el siglo XVI, los comerciantes genoveses ya gozaban de un imponente poder social, económico, político y cultural. En ciudades como Sevilla, Granada y Cádiz consiguieron adaptarse perfectamente, al mismo tiempo que mantuvieron una unidad corporativa como nación extranjera, visible principalmente a través de la imagen cultural mostrada en sus espacios comunes. En esta ocasión, se pretende poner en contexto las fundaciones religiosas, templos y capillas, que los comerciantes genoveses financiaron en las ciudades mencionadas, mostrando en ellas su idiosincrasia a través del mecenazgo artístico.

A partir de diversos ejemplos, algunos conservados actualmente y otros desaparecidos pero dados a conocer a través de la documentación histórica, se estudiará el papel de representación social de estos edificios, así como su evolución entre los siglos XVI y XVIII. Además, se planteará una serie de reflexiones en torno a los diferentes modos en que fueron sufragados, así como a las obras de arte que los decoraban, algunas traídas desde Génova y otras encargadas a artistas locales pero siempre imbuidas del gusto ligur imperante en cada época, ejerciendo en ocasiones una influencia decisiva en el devenir del arte andaluz.

Rafael Japón es Doctor Internacional en Historia y Artes por las Universidades de Granada y Bologna, obteniendo la calificación de sobresaliente, cum laude, con una tesis sobre la influencia de la pintura italiana en la escuela barroca sevillana, dedicando una parte importante de esta al mecenazgo desarrollado por los comerciantes entre Andalucía e Italia. Fue becario de la Fondazione di Studi Storia dell'Arte Roberto Longhi en Florencia y disfrutó de una beca de Formación de Personal Universitario (FPU) entre 2015 y 2019. Los artículos y capítulos de libros publicados hasta el momento se centran en las relaciones culturales entre Italia y el Sur de España en el siglo XVII, así como el estudio de las afinidades entre las producciones pictóricas de las diversas escuelas italianas y andaluzas. Es editor del volumen Bartolomé Esteban Murillo y la copia pictórica (Editorial Universidad de Granada, 2018) y, actualmente, es miembro investigador y webmaster del proyecto I+D El despliegue artístico en la monarquía hispánica (siglos XVI-XVIII).

A paean to free trade? The allegory of Brabo in the (re)construction of the Antwerp Stadhuis, 1540-1565

Stefan Halikowski Smith (Swansea University, Wales)

The curia as Vitruvius reminds us in his *De architectura*, rediscovered in the 15th century, must be a keystone in the projection of a civic community' values. Of course, curia could be interpreted differently across the Hispanic polycentric monarchies as palaces for the court, or even grand ecclesiastical assemblies, but in northern Europe on the seaboard with its tradition of autonomous civic rule this was best exemplified in the construction of impressive town halls. The city fathers decided to reconstruct the old Gothic Antwerp Stadhuis between 1561-5, on plans from the 1540s, in a new Renaissance mode. Deference to the city's Habsburg overlords was exhibited in a central display of the Spanish coat of arms between statuary of Justitia and Prudentia, the latter one of the bywords of Philip II's kingship. Antwerp's pre-eminent commercial story was told in a complex allegorical 'battle program' depicting the constant struggles against the sea and an apotropaic victory against the vices, but also in the retelling of the foundational myth of Brabo, saviour of the city, a Roman soldier who cut off the hands of the giant guarding the Scheldt River demanding tolls. A paean, then as it would seem, to free trade. This paper will set the story of the mid-sixteenth century renovation works to a polysemous background of the Brabo myth.

Stefan Halikowski Smith is professor at the Swansea University. He is author of several publications, among them: "Primor e honra da vida soldadesca no Estado da India: an anonymous late sixteenth-century manual of soldiery and political affirmation of the military frontier in India". Romance Studies 37, issue 1 (2019): 12-29; "Portugal and the European Spice Trade, 1480-1580", Ph.D. completed at the European University Institute, Fiesole, May 2001 (thesis published on the digital repository CADMUS: <http://hdl.handle.net/1814/5828>); and "The Portuguese trato de Europa of East Indian spices, 1480-1580: between the collapse of the Feitoria de Flandres in 1549, and underinvestment in Atlantic shipping," Scripta Mercaturae. Zeitschrift für Wirtschafts- und Sozialgeschichte 48 (2019): 139-70.

O *Itinerário* de Linschoten: um retrato comercial holandês de um Estado da Índia declinante?

Nuno Vila-Santa (CIUHCT, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa)

Conhecida obra de divulgação no Norte da Europa da estrutura comercial do Estado da Índia nos finais do século XVI, o *Itinerário* de Linschoten teve uma importância decisiva no início da expansão holandesa na Ásia. Pela sua rápida difusão na restante Europa, afectou ainda o início da presença inglesa no Índico, assim como a fundação da EIC e da VOC.

Excelente protótipo do mercador-cientista holandês, que se vulgarizou durante o século XVII holandês, Linschoten não se limitou a anotar quais os principais produtos e rotas comerciais mais rentáveis. Aliou a identificação do mercado comercial asiático com a divulgação da componente científica dos produtos descritos e a etnografia das regiões produtoras. Nesta breve comunicação procurar-se-á debater a origem das diversas informações comerciais do *Itinerário* na sua relação com a estadia de Linschoten na Índia.

Terá o holandês tido acesso às obras de autores como Tomé Pires, Duarte Barbosa, João de Barros ou Garcia de Orta ou informou-se junto de mercadores italianos, ingleses, franceses e holandeses? De que forma a sua ampla rede de informadores, moldou a alegada visão do declínio comercial do Estado da Índia e do papel mercantil dos Portugueses na Ásia? Tem essa visão fundamento num momento em que a presença portuguesa atingira a sua máxima extensão e influência na Ásia marítima? Eis algumas das questões às quais procuraremos responder com esta comunicação.

Nuno Vila-Santa é licenciado, mestre e doutor em História pela FCSH-UNL. Foi bolseiro de pós-doutoramento do CHAM, mantendo-se como investigador associado deste centro. A sua investigação incide sobre a Ásia Portuguesa na segunda metade do século XVI, área em que tem publicado. Entre os seus trabalhos mais recentes conta-se uma biografia (no prelo pela Câmara Municipal de Loulé) de Francisco Barreto, governador da Índia e do Monomotapa (1555-1558; 1569-1573), assim como trabalhos sobre o cronista Diogo do Couto, o visitador Vallignano e uma reinterpretação do Itinerário de Linschoten. Actualmente é investigador do CIUHCT e bolseiro de pós-doutoramento do Projecto ERC RUTTER.

Organização



CHAM
CENTRO DE
HUMANIDADES

Grupo “Economias, sociedades e culturas mercantis” do CHAM-Centro de Humanidades
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa/ Universidade
dos Açores

Apoio



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia